

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS

GISELE DOS SANTOS GOMES

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL: O OLHAR DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Caetité - BA
2023

GISELE DOS SANTOS GOMES

**A FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O OLHAR
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Literaturas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Ginaldo Cardoso de Araújo

Caetité, BA
2023

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL: O OLHAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Gisele dos Santos Gomes¹
Ginaldo Cardoso de Araújo²

RESUMO

Este artigo tem como foco de discussão a formação docente para a Educação Especial com o objetivo de estudo a formação docente para a educação de pessoas com transtornos e deficiências também conhecida como educação especial. Para tanto, recorre a uma pesquisa qualitativa de cunho documental a partir da seguinte questão: de que maneira as políticas públicas da área de Educação abordam a formação docente para educação especial? Os documentos que foram analisados nesta investigação foram os seguintes: a Lei Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 e o Plano Municipal de Educação de Caetitê, município do interior do Estado da Bahia, 2015-2025. Os resultados desse estudo evidenciam que os referidos documentos demonstram preocupação com a formação de professores para a educação especial, indicando estratégias que viabilizem tal ação. Isso representa um passo importante um avanço da formação docente nos últimos anos, mas que precisa ser devidamente acompanhado na prática educacional para que as diretrizes publicadas não fiquem somente no texto da legislação.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação especial. Políticas públicas educacionais.

¹ Graduanda do VIII Semestre do curso de letras-Língua portuguesa e literaturas pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: giseliigomes47@gmail.com

² Licenciado em pedagogia(UNEB/BA), Mestre em gestão e tecnologia aplicadas á Educação (UNEB/BA) Doutor em Educação pela faculdade de Educação (FAE), Docente da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, professor da Rede Estadual de Ensino (Guanambi) E-mail: ginaldouneb@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo se insere no campo das discussões sobre a formação de professores para a Educação Básica, tendo como foco específico de estudo a formação docente para a educação de pessoas com transtornos e deficiências, também conhecida como educação especial. Para isso, debruça sobre políticas públicas educacionais promulgadas nos últimos anos para saber o que elas dizem sobre essa questão. A inserção de crianças e jovens com deficiência ou outra necessidade especial nos sistemas de ensino tem colocado em evidência a necessidade de olhar para a formação docente no sentido de oportunizar conhecimento aos professores para atender os discentes, seja na escola regular, seja nos centros especializados.

A formação docente para Educação Especial consiste numa busca de igualdade na aprendizagem para os alunos portadores de deficiência, aos quais ainda não é oferecida uma educação inclusiva de qualidade. Para exercer o papel na docência é necessário ter uma formação adequada tanto na Educação básica, como na Educação Especial, que requer um olhar reflexivo diante dos indivíduos com algum tipo de deficiência, como está mencionada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96. De acordo com a LDB, por redação dada pela Lei nº 12.796, de 2003, a educação especial é a "modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (Brasil, 1996).

O acesso à Educação básica é um dever de todos as pessoas portadoras de deficiência. Eliminar as barreiras existentes na sociedade é uma condição imperiosa para que haja uma sociedade democrática e justa que garanta o desenvolvimento de estratégias que assegurem os direitos de todos à aprendizagem de qualidade.

Amaral (2017), ao destacar o processo de educação inclusiva, pontua que não é de se estranhar o sentimento de despreparo, na educação especial, mesmo para professores já estão há algum tempo no exercício da função. Dessa maneira, notamos que os docentes não somente precisam estar preparados para exercer sua função, mas é necessário que haja um ensino de qualidade, com articulação entre educação e seus diferentes setores na sociedade, por isso é importante questionar como fica a formação do professor para atender aos dispositivos legais que dispõem sobre o ensino inclusivo. Dessa forma, a pergunta que move a elaboração deste trabalho é a seguinte: que maneira as políticas públicas da área de Educação abordam a formação docente para a Educação Especial?

O interesse em estudar essa temática surgiu desde o primeiro contato que tive com alunos especiais na sala de aula, em uma escola localizada na zona rural. Observei que eles não

têm um acompanhamento pedagógico para suprir suas dificuldades na aprendizagem, por isso não conseguem ter a mesma oportunidade dos demais estudantes. A inclusão é uma questão da própria sociedade e da instituição escolar que deve se esforçar para disponibilizar um atendimento adequado para os estudantes com deficiência. Muitos desses estudantes estão sempre permanecendo na mesma série; continuam ali como se não houvesse uma possibilidade de mudança em suas vidas pela educação.

Diante dessa problemática, o objetivo deste artigo é averiguar como as atuais políticas públicas no campo da educação abordam a formação de professores para a educação especial. O artigo está dividido em quatro partes além desta introdução. Na primeira parte, apresentamos a metodologia do trabalho; na segunda, tecemos breves considerações acerca da educação especial e inclusiva; na terceira parte, destacamos a análise dos dados coletadas no decorrer da pesquisa e, por fim, na última parte, apresentamos as considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia para o desenvolvimento deste trabalho se apoia em uma abordagem qualitativa, de cunho documental. De início, foi feito um levantamento bibliográfico acerca do tema da pesquisa. De acordo com Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica contempla material já elaborado, como livros e artigos científicos, utilizando-se da contribuição de diversos autores sobre certo assunto”. No levantamento bibliográfico, buscamos compreender e utilizar alguns conceitos que fazem referência ao trabalho com pessoas portadores de necessidades especiais no processo de escolarização, acerca da inclusão, e os desafios presentes na formação docente.

Na sequência, selecionamos documentos de políticas públicas educacionais para estudo e análise. A intenção nesta etapa foi conhecer os documentos, identificando o que eles dizem e apontam sobre a formação de professores tendo em vista a educação para pessoas com deficiência. Desse modo, analisamos os seguintes documentos: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LBD 9394/96, o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, o Plano Estadual de Educação - PEE e o Plano Municipal de Educação de Caetité, PME 2015-2025. A escolha deste município se deu em função de ser o município em que resido, no qual já realizei atividades nas escolas municipais em diversos projetos da Universidade ou Estágio Supervisionado.

Após a leitura dos documentos selecionados e destaque dos aspectos que nos interessa nesta pesquisa, foi feita uma tabela para a organização dos dados referentes a cada documento. A análise levou em consideração o suporte teórico selecionado o que serviu de base para a elaboração deste artigo.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A Educação Inclusiva pode ser vista como uma concepção de ensino contemporânea, que tem como objetivo garantir o direito de todos os cidadãos à educação de qualidade, reconhecendo as diferenças dos estudantes diante do processo educativo, contemplando, assim, as diversidades sociais, culturais, as quais implicam na transformação da cultura das práticas e das políticas vigentes na escola.

A Educação Inclusiva é compreendida como aquela que vê como um processo de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, de modo específico que possam garantir a educação de qualidade para todos. De acordo com Declaração de Salamanca/Espanha (1994), nascida da Conferência Mundial sobre Educação Especial, é fundamental que todos as crianças deveriam aprender juntas independentemente de quaisquer dificuldades, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem, assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceiras com a comunidade, dentre outros aspectos.

Diante dos fundamentos destacados, é importante ressaltar que os alunos necessitam de uma educação de qualidade, em uma escola inclusiva que possa suprir as suas necessidades, mas infelizmente isso ainda não acontece. De acordo com Aranha,

A História da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela consequente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do movimento histórico focalizado. No decorrer da história da humanidade foram se diversificando a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência, a forma de pensar e por consequência a forma de agir com relação à deficiência enquanto fenômeno e à pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto ser modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio-histórico (Aranha,2005, p.05).

Para compreender os processos de uma educação inclusiva é necessário resgatar algumas trajetórias, reconhecer os marcos dos movimentos da Educação Especial, conceituar o processo de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, os quais vivenciaram uma caminhada pelos direitos de serem aceitos perante a sociedade.

No que se refere ao processo de aprendizagem dos indivíduos com deficiência, sabemos da necessidade de ter um acompanhamento pedagógico no âmbito educacional, buscando recursos adequados para esse público bem como estratégias que possam contemplar seu desenvolvimento de acordo com a necessidade de cada indivíduo. Perante este discurso,

Mendes (2001) enfatiza que a ideia da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade.

Com esta afirmação, nota-se que o acesso à educação de qualidade é para todos e todas independente do seu estado de dificuldades. Freire (2011, p. 52) diz que “a reflexão sobre a prática pedagógica se faz essencial ao educador, para que os processos de ensino aprendizagem sejam inclusivos”. Do ponto de vista de Freire, atualmente, enfrentamos diversas dificuldades na implementação das políticas brasileiras, na educação especial e da inclusão. Sendo assim, o papel da escola é proporcionar suporte na perspectiva da inclusão escolar, promover junto com toda equipe escolar uma educação inclusiva significativa, possibilitando transformações no desenvolvimento dos alunos sujeitos algum tipo de deficiência.

Segundo Maria Tereza Mantoan (2006), a inclusão é um produto de uma educação plural, democrática, transgressora, ou seja, provoca uma revolução no âmbito escolar social e cultural, questionando as políticas e a organização da educação especial e regular. Desse modo, é dever das escolas e da sociedade promover uma educação básica que dê suporte para o desenvolvimento social da criança ao ingressar na escola, para instruir e seu conhecimento, e não ser segregada nas classes especiais.

Nas últimas três décadas, o Brasil tem sido um marco de discussão que refletiu na aprovação de uma legislação voltada para educação inclusiva, tendo como foco os alunos designados com necessidades educacionais especiais. Evidentemente, a educação especial é resultado de mudança de opinião da sociedade, promovendo uma ação pedagógica e política, iniciada em defesa dos direitos de igualdade, oportunidade de todos os alunos. As mudanças ocorridas na Educação Especial passaram por muitas trajetórias, negação, a qual sempre se evidenciou pela exclusão do ensino regular.

Assim, a Educação Especial se torna necessária pela existência da exclusão do ensino regular ou pela negação do público alvo da educação especial. Segundo Leher (2009, p. 230), “a exclusão está relacionada historicamente, ao processo constitutivo do capitalismo que é a expropriação”. Esta relação, portanto, foi construída historicamente aos indivíduos que são considerados “anormais” ou que não se adequam aos padrões fornecidos pela sociedade. Desse modo, devido uma falta de estrutura e conhecimento, desde a antiguidade, a educação especial é vista como aquela que “esconde “os indivíduos portadores de necessidades especiais, bem como repassa por muitos processos de transformações até conseguem aprovação dos seus direitos, envolvendo uma questão política constituída no Brasil.

No ano de 1988, a população que vivia oprimida de seus direitos passou a buscar uma participação mais efetiva na sociedade e nas decisões políticas, após a vigência de 21 anos da

ditadura militar. Organizações de pessoas com deficiência também almejavam participar desse processo, para que houvesse uma mudança no histórico paradigma de assistencialismo.

No ano de 1989, foi promulgada a Lei nº7.853, que estabeleceu normas para o exercício de direitos individuais e sociais das pessoas portadores de deficiência e sua efetiva integração social (Brasil, 1989). Sendo assim, essa política destaca as diretrizes para a educação especial: inserção nos sistemas de ensino das escolas, públicas a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em instituição pública, a matrícula compulsória das pessoas com deficiência que fossem capazes de integrarem no ensino regular (Brasil,1989).

Percebemos que as últimas décadas têm passado por inúmeras mudanças no que se refere-se às políticas educacionais, pois a população está lutando pelos seus direitos, suas participações na sociedade e nas decisões políticas.

Em seu artigo 205, a Constituição Federal de 1988 afirmou a educação como direito de todos e dever do estado e da família, devendo o ensino ser ofertado em igualdade de condições de acesso e permanência na escola, especificamente sobre a educação para as pessoas com deficiência. A CF assegurou em seu artigo 208, no inciso III, que é dever do Estado a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente rede regular de ensino” (Brasil,1998, s/p)

No ano de 1993, foi lançado o Plano Decenal de Educação para todos 1993-2003, que apontou a educação como prioridade da atuação do Estado, cedendo à pressão dos organismos internacionais para que o país firmasse compromissos no âmbito educacional, visando se ajustar ao que preconizava a Declaração Mundial Sobre a Educação para todos. Neste mesmo período, no decreto 914, foi instituída a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, já prevista na Lei 7.853/89.Nessa política, foi considerado que as pessoas portadoras de deficiência são aquelas que apresentam permanente, “perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicologia, fisiológica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para ser humano” (Brasil,1993 s/p.)

Diante dos apontamentos destacados, é valido ressaltar que as pessoas com deficiência foram esquecidas, excluídas, vítimas de diversos preconceitos ao longo do tempo. É bem recente a preocupação do Estado cem oferecer uma educação que visa atender as suas necessidades, seja na escola regular ou ambientes especializados para atendê-los.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Neste tópico, apresentamos uma breve análise das políticas públicas educacionais e o que eles enfatizam acerca da formação de professores para a educação especial. Começamos esta análise com o destaque dado ao tema na atual LDB 9394/ 96. Esta Lei reserva o Título V ao tema e estabelece no Art. 59:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (Brasil, 1996).

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) por sua vez um documento que apresenta o planejamento macro do Sistema Nacional de Educação. Ele define as metas e diretrizes para a educação brasileira, entre elas a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, além da valorização dos profissionais de educação. Um dos maiores desafios das políticas educacionais, conforme com o artigo 7º dessa Lei, é que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios atuem em regime de colaboração para atingir as metas e implementar as estratégias previstas nos dez anos de vigência do PNE.

É válido destacar que seu cumprimento é o objeto de monitoramento contínuo e de avaliações realizados pelo Ministério da Educação (MEC), pelas comissões de educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação. A essas instâncias cabe avaliar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias. O PNE é composto por 20 metas e 254 estratégias que visam tratar da Política Nacional de Educação.

No que diz respeito à educação especial, o PNE prevê na Meta 4 a universalização do ensino comum para Educação Especial. As estratégias expostas no documento convergem para uma ampliação dos serviços educacionais, tendo como foco na formação de professores e profissionais da educação, discutindo as oportunidades iguais na aprendizagem e escolarização.

Para isso, algumas estratégias são definidas no PNE, para garantir a formação de professores para a educação especial. Eis algumas:

fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.

incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Brasil, 2014).

Como se vê, o PNE apresenta um conjunto de estratégias que visam fortalecer a educação especial nas instituições escolares. Nota-se uma preocupação com a formação inicial dos professores ao “incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação (...) dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Embora seja necessário e importante tratar da formação inicial, o PNE não destaca uma estratégia específica para a garantia da formação dos professores que já estão atuando nas escolas com estudantes com transtornos e deficiências.

No que diz respeito ao Plano Estadual de Educação (PEE) do Estado da Bahia, pode-se dizer que é um documento específico que reúne 09 Diretrizes, 20 metas e 246 estratégias que podem ser executadas para atender as instituições públicas e privadas do Estado.

O PEE é um documento que tem a finalidade de expor os direitos e deveres de todos os cidadãos que iniciam sua jornada no âmbito escolar, desde a pré-escola até o ensino superior. Vale ressaltar que o Plano Estadual de Educação é composto por metas constantes que prevalecem que sejam cumpridas para a melhoria da valorização do acesso à escolaridade dos estudantes de acordo com as necessidades educacionais.

Desse modo, para que ocorra a melhoria de ensino de qualidade, é fundamental priorizar a formação dos docentes nas redes públicas da Educação básica. De acordo com que é ressaltado no Plano Estadual de Educação (PEE), o qual estabelece uma meta específica para promover as estratégias para articular algumas demandas essenciais envolvendo a valorização dos docentes mediante formação continuada.

É válido ressaltar que os profissionais da educação precisa ser aprimorando com a sociedade a qual requer um preparo dos professores para a garantia do que está proposto no Plano Nacional de Educação e municipal.

O Plano Municipal de Educação de Caetité (PME), é um documento específico o qual salienta as metas e diretrizes relativas à melhoria das escolas, desde aos espaços físicos à infraestrutura até as propostas pedagógicas, visando atender as demandas. Um dos pontos principais é fornecer a melhoria da qualidade de ensino que vem sendo reconstruída pelo município, entre elas há algumas ações a serem cumpridas em relação à educação Especial, ações essas que estão direcionadas à formação de professores para a educação especial.

Esta modalidade de ensino consiste em um grande desafio exposto no Plano Municipal de Educação de Caetité, que traz aspectos relevantes aos estudantes com deficiência, ressaltando algumas mudanças significativas nas legislações que evidenciam um marco histórico de muitas lutas até conseguir os direitos e deveres garantidos pela Constituição, direitos esses que continuam permanente na sociedade.

O município conta com a existência de um Centro de Educação Especial-CEEEEC, o qual procura atender o público-alvo da Educação Especial. Oferece atendimento especializado, contando com seis profissionais da Língua Brasileira de sinais-LIBRAS dando suporte aos alunos surdos, quatro profissionais para AEE dos demais estudantes. É válido ressaltar que no documento do PME a rede oferece um atendimento especializado que possa promover um ensino adequado ao público-alvo.

Este Plano foi elaborado conforme as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº13.005 de 24 de junho de 2014, e do Plano Estadual de Educação, aprovado pela Lei nº10.330 em que objetiva contribuir com uma educação igualitária.

A Elaboração desse documento consiste em construir um planejamento suprimindo as necessidades sociais, destacando as políticas públicas e fixando nas estratégias para Educação do município em diferentes níveis etapas e modalidades de ensino, assegurando que a escola cumpra seu papel de espaço privilegiado, propondo que todo município tenha condição de discutir e contribuir para uma sociedade justa, procurando atender as demandas expostas nas legislações.

No tocante à formação de professores para a Educação Especial, o PME estabelece que a melhoria da qualidade do ensino é foco principal, em que a valorização dos profissionais da educação está simultaneamente centrada em numa política global, predominando por algumas peculiaridades essenciais que merecem destaques como: a formação profissional inicial as condições de trabalho, a formação contínua. Essas condições reforçam uma grande preocupação em exigir professores cada vez mais qualificados e permanentemente atualizados no campo da educação, por outro lado para que haja uma valorização qualificada destes profissionais é evidentemente apurar as propostas que são oferecidas nas instituições escolares. O aperfeiçoamento profissional é indispensável, mas é preciso reconhecer as condições precárias de trabalho que os professores muitas vezes deparam no seu dia a dia.

De acordo com Gisele Massom (2016) as condições de trabalho, formação inicial e continuada, remuneração na carreira são três dimensões que precisam ser considerados quando se refere à valorização de professores. Dessa forma, a docência precisa valorizada atentando para a formação, principalmente daqueles professores que trabalham com pessoas com algum tipo de deficiência na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAS

Tendo em vista que Educação Especial na perspectiva Inclusiva é entendida como uma modalidade de ensino a qual vem passando por um grande número de transformações significativas com o objetivo de garantir o direito e deveres de todos os cidadãos no que refere ao ensino de qualidade, é necessário valorizar e respeitar as diversidades sociais, culturais, as quais implicam na transformação da cultura das práticas e das políticas vigentes na escola.

É importante salientar que a escola necessita priorizar esse acesso à educação de qualidade para todos independente de qual seja as necessidades do estudante. E dever do Estado promover possibilidades de aprendizagem igualitária para todos os estudantes inclusive para os estudantes que possuem algum tipo de deficiência. Entretanto a aceitação destes indivíduos consiste numa luta que atualmente se vê presente na sociedade e nas instituições, para eliminar as barreiras existentes às pessoas com deficiência, principalmente, quando se trata no ambiente escolar, no qual o estudante inicia sua trajetória desde a educação infantil ao ensino superior.

Nessa perspectiva, fica evidente que inclusão requer não somente a inserção dos alunos com deficiências em sala de aula, respeitando as diferenças e peculiaridade de cada indivíduo, mas também que assegurem o direito de aprender com professores que tenham uma formação adequada para atender as necessidades dos estudantes. O Papel da escola é proporcionar suporte na perspectiva inclusiva juntamente com toda equipe escolar promovendo uma educação inclusiva significativa. Porém reparamos que na prática tanto os estudantes como os professores não estão sendo contemplados com que diz as políticas públicas educacionais na sua integralidade.

Para que tenhamos um ensino igualitário, de fato inclusivo, é fundamental que haja uma formação continuada adequada aos professores para atender o público-alvo da educação especial. É oportuno buscar priorizar as concepções de uma educação inclusiva para que os estudantes com deficiência desfrutem e convivam afetivamente no mesmo ambiente com os demais estudantes, realizando adaptações curriculares que possam possibilitar uma aprendizagem diferenciada, com metodologias ativas que estejam dentro do conteúdo proposto, mantendo o mesmo foco dos demais alunos.

Sendo assim, a formação docente para educação especial é de fato uma realidade exposta nas políticas públicas analisadas. Contudo, é uma discussão que precisa ser abraçada e defendida para que possa realmente acontecer na prática. A valorização do profissional da educação especial perpassa por um amplo caminho de descobertas e desafios para lidar com as dificuldades que estão presentes constantemente no dia a dia da profissão.

Concluimos, então, com base nas análises feitas nos documentos selecionados que estes apresentam um conjunto de estratégias que visam fortalecer a educação especial nas instituições escolares, visando o atendimento aos estudantes com deficiência. Apontam, também, estratégias para a formação de professores, seja inicial ou continuada, para atender a esse público. O que é necessário no atual contexto é mobilizar as redes de ensino através de seus gestores para implementar o quanto antes na prática educacional o que dizem os documentos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Revista do ministério público do trabalho, ano X I, (21), 160-173, março, 2001. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/JuraciConceio/paradigmas-da-relao-da-sociedade-com-as-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 22 de junho de 2021, às 09h00.

AMARAL, M.M, **Políticas públicas de formação continuada de professores para a educação inclusiva no Brasil: o que temos para hoje?** – Universidade Federal do Paraná – 2017: DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1984317813032017120>
<https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/download/9841/pdf/36491> acesso 25/05/2021.

BRASIL. **L e i n .9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial** na Educação Básica. Brasília, DF MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação – PNE** (2014-2024). Brasília: Edições Câmara, 2014.

BAHIA. **Assembleia Legislativa da Bahia**. Lei nº 13.559, 11 de maio de 2016. **Plano Estadual de Educação - PEE** (2016-2026). Bahia: Edição ALBA, 2016.

CAETITÉ. Lei nº 789, de 22 de junho de 2015. **Plano Municipal de Educação do Município, Caetité, BA**, 23 jun. 2015. Ano 1- Edição nº 00085/Caderno 1, p. 18-198.

Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

GIL, Antônio Carlos, **como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MASSON. GISELA. **A Valorização dos professores e educação básica nos estados**. Revista retratados da escola, jan.jun.2016.

MANTOAN, Maria Tereza Égler (Org.) **Inclusão Escolar pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006. pg 103.

LEHER, Roberto. **Educação no capitalismo dependente ou exclusão educacional?** In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; SILVA, Vandef Pinto da; MILLER, Stela (Orgs

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50 ed. atual: Rio de Janeiro : paz e terra 2011.